

A ELABORAÇÃO DA CARTILHA DE BOAS PRÁTICAS PARA MANIPULADORES DE ALIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ITCP- UNOCHAPECÓ

Área Temática: Trabalho

L. KEHL;

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO).
Luciane Terezinha Persch Kehl¹; Lúcia Chaise Borjes².

Resumo: Este estudo teve como objetivo descrever a experiência da elaboração da cartilha sobre as boas práticas para manipuladores de alimentos, por docente, aluna bolsista do projeto de extensão universitária ITCP- Unochapecó e a participação dos manipuladores. A partir das visitas realizadas aos empreendimentos, foram levantados problemas e questões relacionadas às práticas higiênicas sanitárias. Com base na filosofia freiriana, foram realizados encontros com os manipuladores de alimentos, seguindo um roteiro de trabalho para a construção da cartilha. A cartilha de boas práticas é um descritivo de orientação sobre as práticas de higiene, elaborado para os empreendimentos e deve envolver todos os pré-requisitos básicos para uma perfeita produção de alimentos, elevando assim a qualidade dos mesmos e protegendo a saúde do consumidor.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Nutrição; Metodologia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a experiência da bolsista do curso de nutrição na elaboração da cartilha de boas práticas para manipuladores de alimentos, em parceria com o Projeto de Extensão Universitária, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) UNOCHAPECÓ. Este é um projeto que tem por finalidade a inserção de atores marginalizados economicamente no sistema formal de economia, a partir da organização para o trabalho, e nas comunidades conquistar a cidadania, bem como construir um novo espaço de produção acadêmica interdisciplinar, tanto no campo do ensino quanto no campo da pesquisa e da extensão.

As iniciativas de Economia Solidária surgem como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social daqueles que estão excluídos ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e, também, pessoas historicamente excluídas pertencentes às classes populares (SINGER e SOUZA, 2000). Para tanto, as pessoas se organizam de várias formas, quais sejam: através de cooperativas, associações, empresas de caráter familiar ou comunitárias denominados de empreendimentos solidários com o princípio da autogestão garantindo sua autonomia e independência. Entretanto, a economia solidária não se fortalece e não se desenvolve sem o apoio de entidades fomentadoras. Para isso surgem em âmbito universitário as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) (GUIMARÃES apud SINGER, 2000). Neste caso, a ITCP da UNOCHAPECÓ, como entidade fomentadora, é destaque para os empreendimentos de economia solidária.

¹ Acadêmica do curso de Nutrição, bolsista ITCP- UNOCHAPECÓ

² Nutricionista, Mestre em Nutrição – Área de Ciências da Saúde, UNOCHAPECÓ

A ITCP desenvolve os trabalhos de acordo com a demanda vinda do empreendimento, especificamente os que manipulam alimentos, tendo por base a necessidade da elaboração da cartilha educativa sobre as boas práticas de higiene. Tal processo traz subsídios à possibilidade de auxiliar os manipuladores a melhorarem suas formas de higiene no momento da preparação do alimento, bem como na higienização dos equipamentos e utensílios. O uso crescente de materiais educativos como recursos na educação das boas práticas tem um papel importante no processo de ensino-aprendizagem (MOREIRA, NOBREGA e SILVA, 2003), principalmente como auxílio nas medidas de controle de contaminantes dos alimentos. É especialmente útil na manipulação de alimentos, pois melhora o conhecimento e a satisfação do manipulador, desenvolve suas atitudes e habilidades, facilita-lhes a autonomia, promove sua adesão e os tornam capazes de entender como suas próprias ações influenciam no padrão de qualidade do alimento.

Um dos aspectos primordiais para as boas práticas é o conhecimento dos preceitos básicos de higiene. Neste contexto, o objetivo do presente estudo é orientar os manipuladores dos riscos de contaminações existentes durante o processo de fabricação do alimento, através da cartilha de boas práticas de higiene para manipuladores de alimentos.

METODOLOGIA

O trabalho teve início no mês de maio de 2010, através de visitas da bolsista e professora do curso de nutrição aos empreendimentos que manipulam alimentos. Os empreendimentos visitados foram:

1. Grupo de Panificados Dom José Gomes: sua atividade é a produção e comercialização de panificados. Teve suas atividades iniciadas juntamente a ITCP - Unochapecó no ano de 2009 (ITCP, 2010).
2. Cooperativa de Sorveteiros do Oeste de Santa Catarina – Coopersorvet - produção de forma coletiva e comercialização individual de gelados comestíveis. Atualmente possuem 22 associados (ITCP, 2010).
3. Cooperguatambú - Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Guatambú, que comercializam hortifrutigranjeiros, plantas medicinais, panificados e derivados lácteos no município de Guatambu e em Chapecó no Mercado Público Regional. Atualmente possui 40 cooperados no regime de produção individual e comercialização cooperada (ITCP, 2010).

O objetivo das visitas foi conhecer a realidade e as necessidades de cada empreendimento, na qual se fez necessária a elaboração da cartilha de boas práticas de higiene.

A elaboração da cartilha de boas práticas de higiene para manipuladores de alimentos deu-se da seguinte forma:

- visitas e observações dos empreendimentos;
- pesquisa em livros, artigos, revistas e meio eletrônico;
- seleção das informações;
- desenvolvimento da cartilha;
- revisão;
- conclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Boas práticas de manipulação são procedimentos que devem ser adotados por serviços de alimentação a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação vigente.



De acordo com Silva Jr:

Boas práticas são normas de procedimentos para atingir um determinado padrão de identidade e qualidade de um produto ou serviço na área de alimentos, cuja eficácia e efetividade devem ser avaliadas através da inspeção. [...] envolvem pré-requisitos básicos, entre os quais estão: responsabilidade técnica, controle de saúde dos funcionários, controle da água para consumo, controle integrado de pragas, regras para visitantes, controle das matérias primas, adequação estrutural do estabelecimento. (SILVA Jr, 2001, p. 110-115).

A partir dessas condições básicas, deve-se definir os procedimentos técnicos envolvendo os critérios de higiene (pessoal, ambiental e de alimentos) e procedimentos de fabricação, da recepção de matéria prima até a distribuição do produto final.

Para Destro (1998), um programa de boas práticas deve contemplar critérios relacionados com a matéria-prima, requisitos de construção do estabelecimento, controle das operações, manutenção e sanificação de equipamentos e instalações, higiene pessoal, transporte, informações e avisos ao consumidor e treinamento do pessoal. Portanto, vale salientar que a adoção das boas práticas é requisito fundamental em um programa de segurança do alimento e sua utilização é um instrumento de fiscalização pela Vigilância Sanitária e demais órgãos controladores.

A cartilha de boas práticas é um descritivo de orientação sobre as práticas de higiene, elaborado para os empreendimentos e envolve todos os pré-requisitos básicos para uma perfeita produção de alimentos necessária para evitar a contaminação dos mesmos e, conseqüentemente, as doenças transmitidas pelos alimentos (GOMES, 2004). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a higiene dos alimentos como “um conjunto de medidas necessárias para garantir a segurança, a salubridade e a sanidade do alimento em todos os estágios”, desde a produção ou o processamento até o consumo (2006).

As visitas e observações dos locais onde se realizam a manipulação dos alimentos foram necessárias para que juntos, equipe e manipuladores, pudéssemos dialogar, bem como iniciar um mapeamento das informações necessárias sobre as práticas cotidianas efetuadas por eles, no processo de fabricação do alimento. Partindo disso, os encontros serviram de base para a construção conjunta da autonomia dos grupos.

Segundo Freire a “Autonomia é sinônimo de cidadania e esta é possível a partir da criação de um espaço ou de oportunidades para que seja exercida, isto é, onde ou quando o indivíduo passa a expressar sua identidade, seus direitos e deveres” (1996).

Esse processo de dialogar e construir juntos algo em benefício de todos, se baseia na metodologia freireana, não significa transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção (FREIRE, 1996).

As pesquisas em livros, artigos, revistas e meio eletrônico foram realizadas pela bolsista, buscando sempre assuntos relacionados à área e que pudessem servir para esclarecer as dúvidas do manipulador de alimentos. Seguindo-se com a seleção das informações úteis para a elaboração da cartilha.

O desenvolvimento da cartilha ocorreu através da organização das informações selecionadas, buscando sempre descrever de acordo com o público a ser atendido, levando em consideração as suas habilidades. Após isso, foi realizada a revisão com o auxílio da docente do curso de nutrição, na qual fez suas sugestões e concluiu a cartilha.

Observou-se que os indivíduos manipuladores de alimentos em sua maioria são mulheres, possuindo baixa escolaridade. Esse perfil dos indivíduos é semelhante ao encontrado em alguns estudos (GOMES, 2004), sugerindo a necessidade de se conhecer a população-alvo para elaborar os materiais educativos de acordo com as suas necessidades. Apesar do baixo nível de escolaridade limitar o acesso às informações, devido ao possível comprometimento das habilidades de leitura, escrita, compreensão ou mesmo da fala, verificou-se que os manipuladores possuíam conhecimento relacionado às práticas básicas

de higiene. Tal fato pode estar relacionado com o suporte educativo contínuo da equipe multidisciplinar da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e também das práticas realizadas em seus domicílios, tendo um impacto positivo sobre o comportamento das pessoas no processo de fabricação dos alimentos.

Diante da proposta de desenvolvimento da cartilha destinada aos manipuladores de alimentos, a equipe mostrou-se interessada. No qual, decidiram pela confecção de uma cartilha educativa ilustrada com figuras, para tirar dúvidas, que pudesse ser levada para o domicílio e que seria acessível, facilitando a comunicação visual e o acesso por parte dos sujeitos com pouca familiaridade com a linguagem escrita. Esse procedimento foi fundamentado na filosofia freireana, permitindo que a educação ocorra em uma relação horizontal, dialógica, recíproca e verdadeiramente humana (FREIRE, 1988).

A escolha por construir um material de forma conjunta entre aluno, docentes e a participação dos manipuladores, favorece uma ação educativa, em que se busca a troca de experiências e informações, reflexão e problematização sobre os temas, assumindo suas experiências cotidianas de vida como fonte de conhecimento e de ação transformadora da realidade.

A cartilha – boas práticas para manipuladores de alimentos – foi confeccionada em folha A4 (210x297mm) em formato de configuração “paisagem”. O tamanho da página foi de meia folha. O texto está no formato descritivo correspondente a cada etapa, sendo sempre acompanhado por uma ilustração. Para Freitas (2008) esse formato aumenta a retenção do conteúdo pelo leitor.

Os textos foram escritos utilizando-se a fonte Times New Roman, de tamanho 14, na cor preta. Preocupou-se na elaboração o uso de mensagens breves, considerando que frases longas reduzem a velocidade do processo de leitura e geralmente os leitores esquecem os itens de listas muito grandes (THIOLENT, 1986). Além disso, foi utilizada linguagem simples, objetivando promover a identificação do manipulador com o texto e manter a sua iniciativa no processo da educação em práticas higiênicas sanitárias.

Na cartilha produzida, utilizou-se desenhos de linhas simples, de forma a complementar e reforçar as informações escritas. Os autores Moreira, Nóbrega e Silva (2003) destacam a importância da ilustração para atrair o leitor, despertar o interesse pela leitura e auxiliar na compreensão do texto.

O desenvolvimento de uma cartilha educativa, na qual os alunos atuam efetivamente no processo de desenvolvimento do material, mostra-se eficaz na condução do alcance do objetivo proposto, estimulando novas estratégias educativas. A cartilha após a impressão será apresentada e discutida com a equipe da ITCP e posteriormente será discutida em encontros nos empreendimentos com os manipuladores de alimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de elaboração da cartilha demonstrou que o material escrito tem uma contribuição valiosa para se desenvolver habilidades e favorecer a autonomia do indivíduo. É importante criar, desenvolver e produzir um material de qualidade que alcance as necessidades do manipulador de alimentos, buscando sempre esclarecer suas dúvidas a respeito das práticas higiênicas necessárias para a produção de alimentos.

Consideramos, também, que este estudo poderá contribuir com a formação dos profissionais manipuladores de alimentos, preparando-os para atuar no contexto em que este está inserido, partindo do pressuposto de que a participação do indivíduo possibilita a aquisição de conhecimentos e a troca de experiências.

Outro ponto a ser destacado, apesar das dificuldades de grande parte dos manipuladores, é o engajamento das pessoas em sugerir temas de interesse dos mesmos, para a elaboração da cartilha.

A implementação da cartilha de boas práticas para manipuladores de alimentos eleva a qualidade dos produtos, protege a saúde pública, dá maior segurança e satisfação ao consumidor. A adoção das Boas Práticas de Manipulação e Processamento em estabelecimentos que manipulam alimentos deve ser um compromisso do profissional da área de alimentos, visando fortalecer o seu desempenho na aplicação de normas e procedimentos para o controle higiênico-sanitário dos alimentos, baseados em requisitos e critérios pré-estabelecidos. Com isto, garante-se a oferta de refeições seguras, adequadas à política de alimentação e nutrição que visa à melhoria no atendimento nutricional e higiênico-sanitário da população.

Esse estudo possibilitou o desdobramento para futuras pesquisas a respeito da elaboração e desenvolvimento do manual educativo sobre boas práticas direcionadas para os profissionais da área de alimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004**. Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília: MS, 2004.

DESTRO, M.T. HACCP e a segurança dos alimentos. Curso oferecido no V Congresso Latino Americano de Microbiologia e Higiene dos Alimentos. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS**, 6. São Paulo, 22 – 26, 1998.

FREIRE P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 34ª ed., 1996.

FREITAS, A.A.S.; CABRAL, I.E. O cuidado à pessoa traqueostomizada: análise de um folheto educativo. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm.** v.12, n.1, p.84-89, mar. 2008.

GOMES, P.M. **Avaliação do processo de implantação de boas práticas de manipulação em restaurantes de Brasília-DF**. 2004. 76 f. Monografia. (Especialização em Gastronomia e Segurança Alimentar). Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2004.

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. UNOCHAPECO. Disponível em: <http://www5.unochapeco.edu.br/~itcp/site/index.php?exc=evento.10>. Acesso em 06 de setembro de 2010.

MOREIRA, M.F.; NÓBREGA, M.M.L.; SILVA, M.I.T. Comunicação escrita: contribuição para a elaboração de material educativo em saúde. **Rev Bras Enferm.** v.56, n.2, p.184-8, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2006. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/codex_alimentarius.pdf

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Saúde. Centro de Vigilância Sanitária. **Portaria CVS-6, de 10 de março de 1999**. Aprovar o Regulamento Técnico, que estabelece os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico-Sanitário em Estabelecimentos de Alimentos. São Paulo: SES-CVS, 1999.

SILVA Jr; Eneo Alves. **Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Varela, 2001. 475 p.

SINGER, P.; SOUZA, A.R. (Org.) **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

THIOLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez Editora; 1986.



Título: A extensão universitária como proposta de qualificação para inserção no mercado de trabalho de Ouro Preto- MG: Projeto Capacitação em Serviços de Camareiras

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo trabalho: SILVA, M.D.C. ¹

Instituição: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Autores: ALVES, K.S. ²

Resumo

As oportunidades para inserção no mercado de trabalho na cidade de Ouro Preto são carentes de profissionais bem treinados e capacitados. Assim, a fim de atender a demanda de mulheres em situação de risco e, criar um banco de profissionais nessa área de prestação de serviços hoteleiros da região, foi proposto o projeto de extensão intitulado Capacitação em Serviços de Camareiras, realizado com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFOP (PROEX), e parte do Programa “Água, mulheres e desenvolvimento” da Cátedra da UNESCO³, levando as participantes ao conhecimento, desenvolvimento de competências e habilidades para atuação na área hoteleira. O objetivo deste estudo foi apresentar o projeto e conhecer os aspectos positivos e negativos do curso na visão dos participantes, em relação ao desenvolvimento, e técnicas empregadas no projeto. O método utilizado foi o exploratório, com estudo de caso de caráter qualitativo. Apesar dos aspectos negativos percebidos na estruturação do curso, nos resultados positivos, ficou evidenciado que puderam contribuir para o fortalecimento dos vínculos comunitários, promovendo socialmente, a profissionalização com intuito de inserção e atendendo a demanda do mercado de Ouro Preto e região.

Palavras Chaves: Hotelaria, camareiras, capacitação

INTRODUÇÃO

O setor de hospedagem, diretamente ligado ao turismo, está se deparando com um mercado cada vez mais competitivo, concorrência acirrada e clientes cada vez mais exigentes e informados. Para acompanhar este processo os profissionais, devem mostrar eficiência e receber treinamento de acordo com métodos padronizados e modernos de trabalho.

O projeto Capacitação em Serviços de Camareiras está inserido no programa de Capacitação Continuada da Cátedra UNESCO: Água, Mulheres e Desenvolvimento, criado em 2006, por ocasião do 8º Simpósio Internacional de Águas, por meio de acordo firmado entre a Universidade Federal de Ouro Preto -UFOP e a UNESCO com o objetivo de desenvolver ações estratégicas e programas acadêmicos para viabilizar a sustentabilidade ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável e equitativo entre os povos. O programa é composto por vários projetos de capacitação que são cursos oferecidos à

¹ Graduanda em Turismo pela UFOP, bolsista voluntária do Projeto de Capacitação em Serviços de Camareiras- PROEX

² Professora Efetiva do Departamento de Turismo da UFOP, Mestre em Turismo e Meio Ambiente.

³ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

comunidade de Ouro Preto e vizinhança, de acordo com a demanda, visando à formação técnica, humanística e sócio-ambiental.

Em pesquisa realizada em 2008, pela coordenadora do Programa da Cátedra UNESCO na região de Ouro Preto, Prof^ª Dr^ª Vera Guarda do Departamento de Farmácia da UFOP, revelou que pessoas das comunidades periféricas do município possuíam baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional, o que levava a um quadro de vulnerabilidade econômica, pessoal e social. Resultando na ausência de profissionais especializados e capacitados para atenderem a demanda específica desta região, sendo mais relevante nos setores de prestação de serviços nas áreas do turismo. Os três pilares ensino-pesquisa e extensão estão representados nesse projeto. Na perspectiva do ensino, trata-se de uma ação interdisciplinar, a exemplo da participação das disciplinas: Hotelaria, Psicologia, Água, Gênero e Resíduos sólidos. É também uma ação interdepartamental, que conta com a participação dos departamentos de Química e Turismo. E por fim, interinstitucional com representantes da UFOP e do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG. A capacitação em “Serviços de camareiras” buscou dar atenção à premissa da extensão, no que tange a capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade social cadastradas pelas instituições fomentadoras de emprego e renda a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ouro Preto- CRAS e do Serviço Nacional de Empregos – SINE. O que ocorre também por meio da troca de informação e de experiências resultantes da ação educadora advinda das parcerias com o *trade* turístico de Ouro Preto, representado pela Associação dos Hotéis ABIH-OP. Nesses termos, pela via da extensão tem como responsabilidade, colocar a realidade como mediadora dos atores envolvidos nos segmentos anteriormente destacados. Com o objetivo de atender a esta demanda, a proposta de ensino e pesquisa volta-se tanto para os estudos científicos do fenômeno do turismo, ambiente e capacitação, a situação sócio-econômica dos interessados, a sua capacidade de aprendizagem e posteriormente a sua inserção no mercado de trabalho. Para Castelli (2006), o profissional do ramo de hospedagem tem o contato direto com pessoas e busca, através de seus serviços, a satisfação das necessidades e dos desejos delas. Neste sentido, as competências profissionais precisam ser desenvolvidas e as pessoas motivadas para o trabalho. Programas de incentivo e treinamentos constituem-se em meios para o desenvolvimento pessoal e profissional, proporcionando êxito nas atividades realizadas e satisfação com a organização. Chiavenato (1999), enfatiza que o treinamento passa a ser uma forma de proporcionar desenvolvimento às pessoas, através das competências, para que elas se tornem mais produtivas, criativas e inovadoras, visando uma melhor

contribuição para os objetivos organizacionais. Dessa forma, o principal objetivo deste estudo foi apresentar o projeto e conhecer os aspectos positivos e negativos do curso na visão dos participantes, em relação ao desenvolvimento, e técnicas empregadas no projeto em questão. O curso ocorreu durante o período de 26 de outubro a 10 de dezembro de 2010, das 13h às 17h todas as quartas, quintas e sextas, no espaço cedido pela Fundação Cooperativa de Créditos dos Funcionários da Novelis – FUNACCOP.

METODOLOGIA

O método utilizado foi o exploratório, com estudo de caso de caráter qualitativo. Foram entrevistadas 15 mulheres, participantes do curso. O curso foi estruturado em três módulos distintos, o primeiro módulo, com carga horária de 20 horas, sendo trabalhadas as seguintes habilidades básicas: relações sociais, cidadania, noções de saúde e segurança do trabalho, sendo ministrado por psicólogo, devidamente habilitado que realizou dinâmicas de grupo, visando à integração, a liderança e enfoque na formação humanística. O segundo módulo, com carga horária de 20 horas, foi referente à formação da consciência ambiental. Sendo divididas através dos assuntos de qualidade da água e resíduos sólidos, ministrado por professores com títulos na área da formação. O terceiro módulo, com carga horária de 60 horas, destinou-se à formação técnica, que no caso foi feita a Capacitação em serviços de Camareiras, com apresentação das técnicas utilizadas nos estabelecimentos de prestação de serviços de hospedagem, bem como visitas técnicas a empreendimentos hoteleiros da cidade. Para atender ao objetivo central deste artigo, foi necessário conhecer os aspectos positivos e negativos do curso na visão dos participantes e quais as expectativas atribuídas ao final do curso. Propôs-se a análise dos três momentos referentes à capacitação: 1) humanização e relacionamento interpessoal; 2) questão ambiental e 3) procedimentos operacionais. O procedimento de coleta de dados utilizado para a investigação foi de entrevistas semi-estruturadas. A pergunta central para os objetivos deste trabalho, entretanto, foi enfatizar os aspectos positivos e negativos do curso na perspectiva dos participantes, de modo que o entrevistado pudesse, livremente, completar a frase com suas idéias. A partir dessa resposta foram explorados possíveis desdobramentos quanto à organização, estrutura e expectativas em relação ao curso. A análise do material de pesquisa ocorreu em três etapas: na primeira, as respostas dos entrevistados foram tabuladas segundo quatro temas: organização do curso, aprimoramento pessoal, relacionamento interpessoal e possibilidade de inserção no mercado. A segunda etapa da análise dos resultados foi à busca e identificação de temas recorrentes entre os entrevistados. A última etapa da análise dos resultados consistiu na classificação dos temas

recorrentes encontrados de acordo com a atribuição de satisfação ou insatisfação por parte dos participantes, os temas recorrentes foram agrupados segundo suas semelhanças e significados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os temas recorrentes encontrados, resultantes da pesquisa, são apresentados nos gráficos 1 e 2 e foram agrupados de acordo com a satisfação do curso para a pessoa (dimensão individual); de acordo com o sentido da relação da pessoa com a organização apresentada nos módulos propostos e de acordo com o relacionamento interpessoal ao longo do projeto. Após a análise cuidadosa dos resultados constatou que a metodologia e os procedimentos utilizados no decorrer do projeto mostraram-se coerentes com os objetivos do curso, contudo, aspectos como organização, especialmente no quesito localização e transporte para o curso foram avaliados de modo negativo.

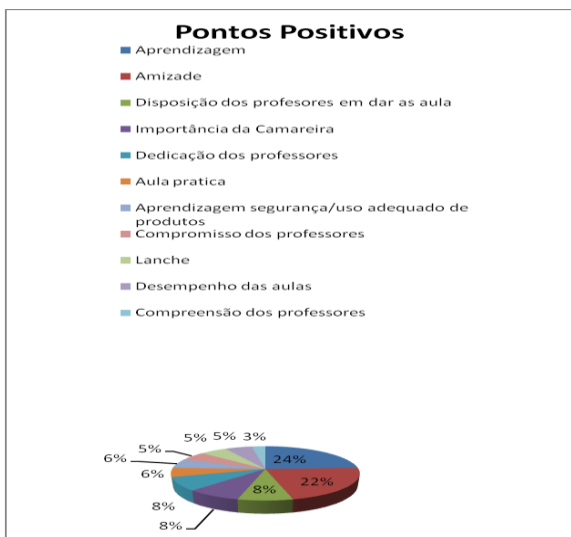


GRÁFICO 1: Avaliação das participantes sobre o projeto- aspectos positivos

Fonte: Pesquisa realizada em Dez de 2010



GRÁFICO 2: Avaliação das participantes sobre o projeto- aspectos negativos

Fonte: Pesquisa realizada em Dez de 2010

Aspectos como, trabalho em equipe e desenvolvimento do relacionamento interpessoal, foram destacados pelas participantes como: “*ampliação do diálogo, tolerância e o respeito às diferenças, fizeram o fortalecimento dos laços de amizades*”, sendo verificados por meio da observação, disponibilidade e entrosamento das participantes de maneira que prontificaram a ajudar uma as outras, quando encontravam dificuldades ou problemas na resolução das tarefas propostas. Outro relato relevante foi “*o entendimento da importância da camareira, antes achava que era somente simples limpeza*” através da desmistificação da profissão, criando uma cultura de valorização da

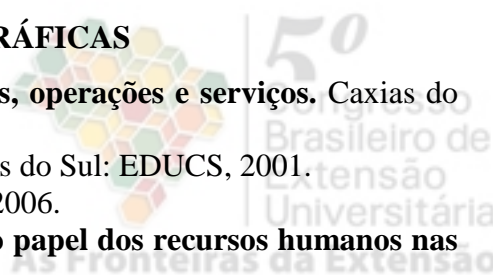
pessoa no processo de humanização do trabalho em hotelaria. Alguns enfatizaram ainda “a dedicação da equipe (dos professores e bolsistas) em repassar os conteúdos de maneira clara, objetiva, compreensível e didática usando de metodologias criativas e estratégicas para a aprendizagem”. Entre os pontos negativos um dos problemas encontrados foi à dificuldade relativa ao transporte, uma das possíveis causas poderia ser devido ao local da realização dos encontros está afastado da moradia da maioria das participantes, dessa forma, contavam com um microônibus cedido em parceria com o CRAS, “*atrasos do carro, gerou certos transtornos*”. A “*ausência de aulas mais aulas práticas nos hotéis e atraso na distribuição do lanche*” também foram destacadas como fatores a serem melhorados. Ao final do curso foram recebidas solicitações dos hotéis da cidade buscando candidatos para seus processos de seleção para admissão.

CONCLUSÃO

Em busca de uma atividade que tornaria possível a prática do ensino-pesquisa-extensão numa visão integradora e global, a capacitação em “Serviços de camareiras” buscou dar atenção à premissa da extensão, no que tange a capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade social. O projeto teve como objetivo proporcionar as participantes, fortalecimento da qualidade de vida através da informação e profissionalização com intuito de promover socialmente através do conhecimento e desenvolvimento de habilidades básicas de camareira, inclusão social visando uma qualificação para inserção no mercado de trabalho. Buscou também, contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com estímulo ao convívio social, mas acima de tudo foi trabalhada a motivação como fator relevante. Percebeu-se o valor da capacitação para a qualificação da força de trabalho o ouropretana, apresentando aceitação da sociedade e inserção dos capacitados nos serviços de hospedagem de Ouro Preto. Portanto, a pesquisa evidenciou a importância dos processos de capacitação e desenvolvimento como suporte para o enfrentamento das situações diárias do departamento de governança de hotéis, mas também a relevância dos processos informais de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂNDIDO, Í.; VIERA, E. **Gestão de Hotéis: técnicas, operações e serviços**. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- CASTELLI, G. **Administração hoteleira**. 8ª Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- CASTELLI, G. **Gestão hoteleira**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.



DESENVOLVIMENTO DE UM BANCO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo trabalho: Andréa Polleto Souza

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves

Nome dos Autores: A. P. SONZA¹; L. S. SCHWOCHOW²; M. C. ROSITO³

Resumo. De acordo com o censo do IBGE de 2000, existem no Brasil aproximadamente 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Entretanto, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho brasileiro contabiliza atualmente apenas 143.631 profissionais com deficiência, dados que mostram a dificuldade enfrentada pelas pessoas com necessidades especiais de obter acesso ao trabalho. Devido à necessidade de empregabilidade de tais sujeitos, foi criada a Lei de Cotas (Lei 8.213/91), obrigando empresas com mais de cem funcionários empregarem pessoas com deficiência. Em vista deste cenário, objetivando auxiliar no respeito a esta exigência legal, desenvolveu-se uma solução computacional que facilita o contato entre profissionais com necessidades especiais e as empresas contratantes. Por meio dessa solução, cada profissional pode consultar por empresas cadastradas no sistema, visualizando se existem vagas de trabalho para seu perfil. Já as empresas podem consultar por profissionais que possuam algum tipo de deficiência. Assim, este projeto tem como meta subsidiar as ações relacionadas à empregabilidade de pessoas com deficiência do Brasil.

Palavras-Chave: Acessibilidade, Profissionais, Empregos.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o censo de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2000), existem no Brasil aproximadamente 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou intelectual. Ainda, segundo estudo realizado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE 2011), o mercado de trabalho brasileiro contabiliza apenas 143.631 profissionais com deficiência. Estes dados mostram a dificuldade enfrentada pelas pessoas com necessidades especiais de obter acesso ao trabalho. Os problemas que daí decorrem refletem-se na baixa escolaridade desse grupo e na grande dificuldade de inserção social. Assim, para que este processo de inclusão ocorra de fato, é preciso que as empresas estejam preparadas para receber todo o tipo de profissional.

Devido à necessidade de empregabilidade de tais sujeitos, o governo brasileiro sancionou a lei de cotas - Lei 8213/91. A referida Lei estipula números diferenciados de cotas, em empresas privadas, proporcionais ao número de funcionários. Assim, toda empresa que possui mais de cem funcionários está obrigada a destinar parte de suas vagas para trabalhadores deficientes. Cabe salientar que, para fins de proteção legal, a Convenção nº 159/83 da OIT e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (também conhecida como Convenção da Guatemala) consideram a deficiência como uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de atividades normais da vida e que, em razão dessa incapacitação, a pessoa tenha dificuldades de inserção social.

Atualmente existem diferentes sistemas para o cadastro de currículos disponíveis na

¹ Docente – IFRS, *Campus* Bento Gonçalves. Email: andrea.sonza@bento.ifrs.edu.br

² Bolsista do Projeto de Acessibilidade Virtual - IFRS, *Campus* Bento Gonçalves. Email: lucas.schwochow@bento.ifrs.edu.br

³ Docente – IFRS, *Campus* Bento Gonçalves. Email: mauricio.rosito@bento.ifrs.edu.br

internet. Entretanto, observou-se que poucos foram desenvolvidos pensando nas pessoas com necessidades especiais (PNE's) e de uma forma que pessoas com deficiência tivessem acesso às suas informações, independente da limitação que possuem. Por exemplo, identificamos a existência de dois bancos de talentos em desenvolvimento por parte de instituições ligadas ao governo: o do Instituto Benjamin Constant (IBC) e o da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. Entretanto, estas soluções ainda não estão disponíveis para o público, de maneira que não foi possível identificar se são acessíveis. Já o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) fornece apenas um formulário para preenchimento manual. Ainda, além desses sistemas computacionais desenvolvidos pensando na inserção de profissionais com deficiência no mercado de trabalho, podemos considerar que os postos do Sistema Nacional de Empregos (SINE) mantêm um cadastro de candidatos com deficiência para inserção no mercado de trabalho. Entretanto, o profissional deve se deslocar a um posto do SINE ou fazer o cadastro por telefone. Já os reabilitados (pessoas que se tornaram novamente capazes de desempenhar suas funções ou outras diferentes das que exerciam, se estas forem adequadas e compatíveis com a sua limitação) podem ser encontrados nos Centros e Unidades Técnicas de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As escolas e entidades representativas das pessoas com deficiência também dispõem de cadastros de seus associados. Observa-se, desta forma, diferentes abordagens que visam auxiliar os profissionais deficientes a ingressarem no mercado de trabalho, porém, estas abordagens não oferecem um mecanismo onde o próprio profissional registre seu currículo e procure por ofertas de emprego sem sair de casa e sem o auxílio de alguma outra pessoa.

Em vista deste cenário, realizou-se a um estudo sobre os requisitos necessários para o desenvolvimento de uma solução computacional que facilite o contato entre profissionais com necessidades especiais e as empresas contratantes. Ainda, com base nestes requisitos, desenvolveu-se um software de banco de recursos humanos para pessoas com necessidades especiais. Esta ação ocorreu por meio de uma parceria entre o programa TECNEP (Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais) e o Projeto de Acessibilidade Virtual da RENAPI (Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais), ambos pertencentes ao MEC (Ministério da Educação).

2. MATERIAL E METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro e a legislação vigente sobre este assunto. Após, com base nestes dados, realizou-se uma pesquisa sobre quais são os sistemas para o cadastro de currículos disponíveis na internet e foram identificados os pontos fortes e limitações destes sistemas. Com base nessas informações foi possível fazer o levantamento de requisitos para o desenvolvimento de um novo sistema de banco de recursos humanos para pessoas com necessidades especiais. Posteriormente, objetivando-se avaliar a acessibilidade do novo sistema, foram realizados testes envolvendo um grupo de cinco alunos com deficiência visual (com baixa visão e com cegueira total).

Na primeira etapa foi feito um levantamento bibliográfico e o estudo do referencial teórico que permitiu aprofundar os conhecimentos sobre a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, foi definida a população-alvo dessa pesquisa (profissionais com deficiência visual). Em seguida, foram realizadas reuniões entre os pesquisadores e o professor orientador para o levantamento dos requisitos, resultando na elaboração de um rascunho do questionário, necessário para a aquisição dos dados desta pesquisa.

Posteriormente, iniciou-se um estudo sobre a acessibilidade virtual. Acessibilidade virtual é compreendida aqui como a forma de garantir a mobilidade e usabilidade de recursos computacionais (SACI 2005). Resumindo, a acessibilidade virtual caracteriza-se por oferecer

informações e serviços em “meios virtuais” de modo igual a todas as pessoas, independente do tipo de usuário (pessoas com necessidades especiais, idosos, entre outros). Nesse contexto, esse sistema foi projetado para respeitar as principais guias de acessibilidade web, a saber: a Web Content Accessibility Guidelines 1.0 -WCAG 1 (W3C 1999); a Web Content Accessibility Guidelines 2.0 - WCAG 2 (W3C 2008); e o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico versão 2.0 -e-MAG 2 (Brasil 2005).

A WCAG apresenta um conjunto de recomendações que visam garantir a acessibilidade do conteúdo web por meio de técnicas específicas de desenvolvimento de sítios. A publicação da primeira versão da WCAG, a 1.0, teve o objetivo de promover a acessibilidade, além de tornar as informações mais organizadas e fáceis de serem encontradas por todos os usuários, independente de qualquer condição ou limitação. A segunda versão da WCAG surgiu para se tornar mais adaptável e flexível em relação ao advento da web 2.0. Assim, esses modelos foram concebidos para serem aplicados a diferentes tecnologias web, e serem testáveis por meio de uma combinação de testes automáticos e avaliação humana (W3C 2008). O e-MAG consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sites e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada (Brasil 2005).

Desta forma, foi desenvolvido um protótipo e realizado o pré-teste com um aluno deficiente visual, onde foi possível realizar os últimos ajustes no documento de requisitos. Durante o desenvolvimento do sistema, que iniciou em abril de 2010 e finalizou em março de 2011, diversos testes foram realizados objetivando abordar a percepção dos profissionais sobre a usabilidade e acessibilidade do novo sistema.

Para acessibilizar um sistema computacional é necessário, além de seguir as diretrizes de acessibilidade, tal como o WCAG ou o e-MAG, testá-lo em algum dos sites de validação (W3C, ASES e TAW são os mais conhecidos) para garantir que os padrões estejam inseridos corretamente. Apesar de tornarem a avaliação de acessibilidade mais rápida e menos trabalhosa, os validadores automáticos por si só não determinam se um sítio está ou não acessível. Para uma avaliação efetiva, será necessária uma posterior validação manual, pois nem todos os problemas de acessibilidade em um site são detectados mecanicamente pelos validadores. Para a validação manual, são utilizados checklists de validação humana [e-MAG, 2011]. Assim, tal como sugere o e-MAG, seguimos os seguintes passos para a avaliação do sistema: 1. Validar o código e as folhas de estilo; 2. Verificar o fluxo de leitura da página – para tal, utilizar um navegador textual ou leitor de tela (recomendamos o NVDA ou ORCA. Para maiores detalhes, ver documento Descrição dos Leitores de Tela⁴).3. Verificar o fluxo de leitura da página sem estilos, sem javascript e sem as imagens; 4. Verificar as funcionalidades da barra de acessibilidade, aumentando e diminuindo a letra, o contraste, etc.; 5. Validar a acessibilidade utilizando algum dos validadores automáticos; 6. Realizar a validação manual, com usuários reais e utilizando os checklists⁵ de validação humana.

A realização dos testes finais de acessibilidade ocorreu durante os meses de maio a junho de 2011, no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves. Cada sujeito participante dos testes de acessibilidade respondeu separadamente ao checklist de acessibilidade manual. Todos os participantes deste teste já tinham conhecimento de ao menos um dos software leitor de tela utilizados nesta pesquisa: JAWS 9.0, Virtual Vision 6.0, NVDA 2009.1, Orca 2.28 e CPqD. Com o objetivo de se evitar

⁴ Documento disponibilizado no link: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG/material-de-apoio>

⁵ Disponível para download em: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG/material-de-apoio>

possíveis distorções nos resultados obtidos, não houve qualquer interação com o entrevistador durante a resolução do checklist.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tornar um sítio acessível não é uma tarefa fácil, pois o projetista web deve observar um conjunto de regras durante a codificação e disponibilização do conteúdo. Por isso, a seguir são apresentadas as principais colaborações desenvolvidas para criar um sistema de banco de recursos humanos acessível.

Menu Acessível: Um menu acessível deve possuir componentes de atalho, controle sobre o tamanho da fonte, e auto-contraste. Os atalhos facilitam a movimentação pelo site, fornecendo acesso rápido para os blocos de controle em cada página. Esses atalhos devem funcionar em todas as páginas do portal. O ideal é que as dicas dos principais atalhos se encontrem no topo de todas as páginas, pois nem sempre o acesso é feito pela página inicial do site.

Tamanho da fonte e Auto-contraste: O controle sobre o tamanho da fonte e auto-contraste (figura 2) permite que o usuário personalize a exibição do conteúdo, facilitando a leitura. O auto-contraste é importante para pessoas com baixa visão ou cromodeficiências, que necessitam de contraste entre o texto e plano de fundo.

Formulário de cadastro de pessoas com necessidades especiais: O formulário desenvolvido nesta pesquisa, ilustrado na figura 1, apresenta informações relacionadas aos dados pessoais, socioeconômicos, experiência profissional e sobre necessidades especiais. Com base nos estudos realizados, baseados no Decreto 5296/04 (Brasil 2004), as informações sobre as necessidades especiais foram divididas em oito grupos. São elas: Intelectual, Física, Auditiva, Visual, Surdocegueira, Múltipla, Superdotação e Transtornos globais do desenvolvimento.

Passos	
Complete todos os passos abaixo para efetivar seu cadastro no nosso sistema.	
Dados Pessoais	
Socioeconômico	
Experiência Profissional	
Necessidades Especiais	

Necessidades Especiais	
Intelectual	
Comunicação	<input type="checkbox"/>
Cuidado Pessoal	<input type="checkbox"/>
Habilidades Pessoais	<input type="checkbox"/>
Utilização de recursos da comunidade	<input type="checkbox"/>
Saúde e segurança	<input type="checkbox"/>
Habilidades acadêmicas	<input type="checkbox"/>
Lazer	<input type="checkbox"/>
Trabalho	<input type="checkbox"/>

Figura 1 - Cadastro de PNEs

Cadastro de vagas para pessoas com necessidades especiais: formulário criado para o cadastro da empresa, onde a mesma informa os seus dados e o tipo de profissional com deficiência que ela deseja contratar. Além disso, o sistema permite que a empresa realize uma consulta por deficientes cadastrados no sistema.

4. CONCLUSÃO

Este projeto procurou identificar os requisitos necessários para desenvolver uma solução que permita às PNEs cadastrarem seus currículos e também que as empresas possam

cadastrar vagas direcionadas a elas. Para isso foram estudados diversos modelos de acessibilidade, além de interação com deficientes visuais para realizar um levantamento dos principais itens necessários para o desenvolvimento dessa solução.

Devido ao elevado número de pessoas com necessidades especiais com acesso à internet, o mercado de trabalho está aumentando no Brasil cada vez mais. Nesse cenário, apresentar uma solução que auxilie essas pessoas na busca de uma vaga, possibilita a inserção de tais sujeitos no mercado de trabalho de forma facilitada e acessível. Dessa forma, esse banco de dados foi desenvolvido de maneira acessível, permitindo o acesso aos próprios deficientes e também às empresas e entidades que desejam contratar profissionais com necessidades especiais. Portanto, esta solução computacional é mais um esforço para subsidiar as ações relacionadas à empregabilidade de pessoas com deficiência do Brasil.

Apesar de não termos realizado uma ampla divulgação do BRH, algumas entidades, que já utilizam cadastros manuais de profissionais deficientes e empresas contratantes, entraram em contato conosco solicitando autorização para utilizarem nosso sistema. Dentre elas destacamos: a CAISPEDE (Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência), ligada à Secretaria de Assistência Social e Habitação de Bento Gonçalves/RS e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais do Instituto Federal Fluminense, em Campos – RJ. De acordo com essas duas entidades, sua expectativa em relação ao BRH é que possam utilizar amplamente o sistema, tanto para cadastrar as atuais fichas de empresas contratantes e de pessoas com necessidades especiais – candidatas às vagas de emprego, como permitir que as próprias empresas contratantes e as PNEs, utilizem, autonomamente tal sistema, gerando assim, em um futuro próximo, um grande banco de dados brasileiro que reúna todas essas informações.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2005). Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico – Cartilha Técnica, Versão 2.0. Disponível em: http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/e15_1556emag-acessibilidade-de-governo-eletronico-modelo-v20.zip. Acesso: setembro de 2009.

BRASIL (2004). Decreto nº 5.896. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5896.htm. Acesso: dezembro de 2010.

e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG>. Acesso: março de 2011.

IBGE (2000). Censo Demográfico de 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acesso: junho de 2010.

MTE (2010). Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao_pessoas_defi12_07.pdf. Acesso: junho de 2011.

SACI (2005). Rede SACI: Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação. Disponível em: http://www.saci.org.br/?IZUMI_SECAO=3. Acesso: julho de 2010.

W3C (1999). Web Content Accessibility Guidelines - Priorities, Versão 1.0. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/1999/WAI-WEBCONTENT-19990505/#priorities/>. Acesso: outubro de 2009.

W3C (2008). Web Content Accessibility Guidelines, Versão 2.0. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/2008/REC-WCAG20-20081211/>. Acesso: outubro de 2009.

Área Temática: Trabalho

INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL: RELATO DE UMA PRÁTICA EXTENSIONISTA E SEUS IMPACTOS

Natália Silva Colen, Eliane de Oliveira Paixão
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Resumo:

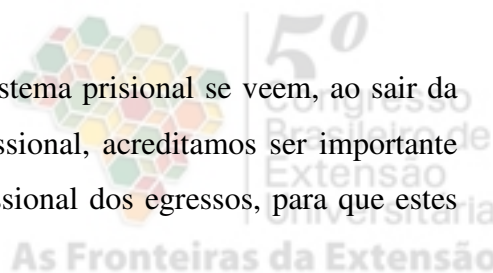
Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato de uma prática extensionista realizada no Curso de Psicologia, da PUC-Minas, na disciplina de Orientação Profissional. O trabalho consistiu na realização de uma intervenção psicossocial através de uma sensibilização profissional com egressos do Sistema Prisional, participantes do Programa de Reintegração Social ao Egresso do Sistema Prisional (PRESP), na cidade de Belo Horizonte. São visíveis os obstáculos que o profissional enfrenta no mercado de trabalho atualmente, dessa forma, podemos perceber que os obstáculos são ampliados, quando o profissional passou por aprisionamento e com isso são estigmatizados e sofrem também por não terem tido oportunidades para profissionalização. A intervenção se deu a partir de uma sensibilização que objetivou possibilitar aos participantes uma reflexão e problematização acerca da construção de um projeto de vida incluindo a escolha profissional. Para realização da prática foi utilizada a metodologia de roda de conversa. Pretende-se por meio do relato de experiência apresentar a intervenção e seus possíveis desdobramentos tanto para os egressos quanto para os estudantes, na medida em que a partilha de experiências trouxe à tona novas inquietações acerca do sujeito egresso do sistema prisional e das conjunturas sociais em que estão enlaçados.

Palavras chaves: egressos do sistema prisional, estigma, trabalho.

Introdução:

Este projeto surgiu do interesse de estudantes do curso de psicologia da PUC Minas São Gabriel, na disciplina: Orientação Profissional, que buscam trabalhar com a intervenção com indivíduos do Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional.

Considerando que a maioria dos egressos do sistema prisional se veem, ao sair da prisão, sem um planejamento de vida pessoal e profissional, acreditamos ser importante projetos que colaborem para o desenvolvimento profissional dos egressos, para que estes obtenham êxito no mercado de trabalho.



Torna-se fundamental trazer para nossas discussões um elemento essencial e basilar que atravessa a vida das pessoas que passaram pelo Sistema prisional, que se refere ao estigma e à apropriação que o sujeito estigmatizado faz desse lugar. Para tanto utilizamos a concepção de Erving Goffman, que elucidada:

Ademais, os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. (GOFFMAN, 2008, p.17).

Desse modo, o sujeito constrói uma identidade, imprime um modo de ser, viver e significar sua vida, suas ações e possibilidades como alguém estigmatizado e emaranhado dos olhares estigmatizadores, esse sujeito se apropria da identidade que o outro lhe atribui.

Considerando-se que esse lugar de estigmatizado é encarnado muitas vezes pelos egressos do Sistema Prisional, pode-se pensar que os mesmos ocupam esse papel, constroem esta identidade e são asujeitados ao olhar e preconceito do outro, acreditando que suas possibilidades são menores.

Como elucidada GOFFMAN (2008), o indivíduo estigmatizado que poderia participar e construir relações sociais cotidianas, é impedido de fazê-lo, pois seu traço, sua marca, seu estigma toma a atenção, afastando o outro e destruindo a possibilidade de reconhecimento de seus outros atributos.

Logo, entende-se que um dispositivo fundamental para a quebra de estigmas e possibilidade de reinserção social é o trabalho já que por meio deste, o indivíduo egresso do Sistema Prisional tem possibilidade de se reorganizar econômica e socialmente além de retomar o laço com a sociedade por meio de sua atividade, ou função.

Desse modo, utilizamos, a teoria de Yves Clot (2006) para elucidar as importantes significações que o trabalho traz para a vida do sujeito, interpelando-nos sobre a função social e psicológica do trabalho.

Segundo CLOT (2006), a função do trabalho exerce “dupla vida”, a vida social e a vida psicológica, o trabalho exerce uma função social, além da função psicológica para a vida dos sujeitos. A função social do trabalho está ligada à produção de serviços e às trocas sociais que os sujeitos realizam enquanto grupo social, logo, se o sujeito não exerce uma atividade, se ele não trabalha, fica impossibilitado de exercer essas trocas, em alguma medida simbólicas que compõem a vida em sociedade.

Já a função psicológica do trabalho se refere ao modo como este, tem o “poder” de constituir, de significar o sujeito. Do modo como o trabalho imprime um sentido na vida das pessoas, uma identidade, um pertencimento, que se dá não pela atividade exercida em si, mas no lugar em que este o proporciona. Como elucida Dejours in Clot (2006):

O trabalho ocupa um lugar central. A própria identidade do sujeito é resultado de uma conquista que passa por um reconhecimento do “trabalhador” no Homem. Isto inscreve a vivência do trabalho no registro da auto realização no campo social. (DEJOURS, 1996, p.7)

Desse modo, o trabalho pode ajudar este sujeito a resgatar vínculos perdidos e a estabelecer uma relação de utilidade para com a sociedade, além é claro de trazer significados e a construção de sentido para sua vida.

Na prática extensionista, buscou-se possibilitar que os participantes desse grupo tivessem acesso a informações importantes como, por exemplo, criação de um currículo, como se apresentar e portar em uma entrevista, possíveis áreas de atuação, profissão em ascensão no mercado de trabalho, em como buscar qualificação, etc, e sobretudo, possibilitar a reflexão sobre a construção de um projeto de vida assim como ovas perspectivas e a necessidade de criação de novos lugares e a desapropriação de estigmas e preconceitos.

Percurso metodológico

A prática aconteceu em um Centro de Prevenção à Criminalidade de Belo Horizonte, especificamente no PRESP, que pertence à Política de Prevenção à Criminalidade, gerida e elaborada pela Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.

A metodologia Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional, 2010 baseia-se na prevenção terciária, e sua atuação se direciona, especificamente, às “pessoas que sofreram processos de criminalização e cerceamento de liberdade”, busca diminuir ou minimizar os efeitos dos estigmas e exclusões decorrentes dessa experiência¹.

A prática foi realizada com dois grupos em dois encontros, com duração de 4 horas cada. A opção por realizar apenas um encontro com cada grupo se deu a partir das dificuldades dos participantes em termos de disponibilidade. Estavam presentes ao todo, dez participantes com idade entre 24 a 52, cuja escolaridade era ensino fundamental completo.

Durante a sensibilização profissional foram realizadas discussões sobre o mercado de trabalho, abrangendo questões relacionadas à qualificação para o mercado, a postura esperada para um bom profissional, elaboração de currículos e como se comportar em entrevista de emprego. Foi apresentada a proposta de reflexão sobre a construção do projeto de vida e qual o papel do “trabalho” nesta construção.

Os encontros foram divididos em dois momentos com um intervalo para lanche de aproximadamente 20 minutos. No primeiro momento foram abordados os primeiros objetivos: discutir questões relacionadas ao mercado de trabalho (tendências, oportunidades, qualificação) e orientar na elaboração de currículos e na postura em processo de seleção. No segundo momento foram trabalhadas questões referentes ao Projeto de Vida.

Dentre as técnicas de sensibilização foram utilizados dois vídeos: “Tempo de colheita” e “Uma peixaria diferente”, e as técnicas: “pensando sobre o futuro”, e “técnica do boneco”. As técnicas objetivavam contribuir para reflexão sobre a construção de um projeto de vida, assim como em planejamentos futuros, etc.

Como metodologia foi utilizada a roda de conversa por entendermos que este formato facilita a troca de experiência e também possibilita uma maior interação entre os participantes e orientadores. Foram utilizadas técnicas de sensibilização, como vídeos e dinâmicas reflexivas a fim de provocar a discussão no grupo.

De acordo com Furtado & Furtado (2000), as rodas de conversa, metodologia bastante utilizada nos processos de intervenção comunitária, consistem em um método de participação coletiva de debates acerca de uma temática, através da criação de espaços de diálogo, nos quais os envolvidos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos. Tem como objetivo motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Envolve um conjunto de trocas de experiências, conversas, discussão e divulgação de conhecimentos entre os envolvidos nesta metodologia.

Resultados obtidos na prática extensionista

Acreditamos que esta prática foi transformadora em nossa formação, no sentido que nutrimos em nós a responsabilidade de contrapor a uma certa concepção de Psicologia que registra diferenças como diferenças individuais e ao naturalizar o desenvolvimento, oculta a origem social das diferenças. E dessa forma, segundo Ana Bock, acaba por classificar, diferenciar, discriminar e estigmatizar.

Faz-se necessário em nossa formação, experiências como a proposta por esta prática extensionista, onde a partir da prática tivemos a oportunidade de articular a teoria e dar um passo importante para pensarmos criticamente na Psicologia e cumprirmos com a responsabilidade de responder aos problemas profundos da nossa realidade. Como profissionais e pesquisadores temos a grande responsabilidade de colocar nosso tempo, nossa disposição, nosso empenho, nossa competência, a serviço da luta pela transformação social. (GONÇALVES IN: BOCK, 2009)

Teríamos uma postura ingênua se acreditássemos que mudamos o mundo em nossa prática extensionista com os egressos. Sabemos que muito há de ser feito no processo de desconstrução de estigmas para que os egressos se apropriem de suas potencialidades e para que a sociedade em geral consiga ver algo além do esteriótipo de ex-presidiário. Acreditamos, porém, que nossa prática pôde contribuir para que os participantes tivessem “voz”, partilhando conosco suas vivências e angústias ao terem que lidar com os preconceitos sociais por serem egressos do Sistema Prisional.

Acreditamos que a Sensibilização Profissional com esse público é um desafio, já que lhes são atribuídos tanto descrédito dos quais eles próprios passam a reafirmar e é por essa razão que defendemos a importância do acesso deste público aos serviços de Orientação Profissional. Pois acreditamos que esta prática extensionista possibilitou despertá-los para sua condição de sujeito, que escolhe, que planeja, que sonha e que acima de tudo, é capaz.

Durante as conversas em ambos os grupos os participantes diziam da dificuldade em planejar o futuro e pensar em objetivos a médio e longo prazo, quando enfrentam no presente tantas dificuldades relacionadas ao trabalho e à criação de confiança e vínculo com as pessoas, que por muitas vezes os veem como eternos egressos. Ficaram empolgados com as atividades propostas que os mostrava que planejar é possível sim e que começar a pensar sobre isso pode contribuir para mudar a situação em que vivem.

Ao final, os participantes dos dois encontros, agradeceram a oportunidade e disseram que ações como essas são importantes para que eles não desistam de construir uma nova história, e o quanto que eles se reconhecessem como pessoas capazes e merecedores de construir grandes projetos, mesmo que em um dia de cada vez. Desse modo, acreditamos que a prática extensionista foi de grande importância para os participantes, despertando-os para outras possibilidades.

Na prática realizada nos preocupamos em não nos posicionar num lugar de detentores do saber, procuramos ouvi-los e juntos pensarmos sobre situações que os

mesmos traziam. Nesta troca nos permitimos também aprender com eles, ouvi-los. Contudo nossa prática foi de real importância para a construção de uma formação ética e com uma visão política sobre a realidade na qual se insere o nosso “objeto de estudo” ou melhor dizendo o ser-humano.

Contudo, concluímos dizendo que esta prática trouxe grandes contribuições para os atores envolvidos, tanto para os egressos como para os alunos extensionistas.

Considerações Finais

A psicologia que queremos é a que tem compromisso social, mas um compromisso voltado para a transformação da sociedade. Queremos uma sociedade justa e igualitária, na qual todos tenham acesso à riqueza da produção humana, material e espiritual; onde todos vivam com dignidade sua humanidade naquilo que ela tenha de mais desenvolvido. (GONÇALVES IN: BOCK, 2009)

Segundo Ana Bock há anos a Psicologia tem contribuído para responsabilizar os sujeitos por seus sucessos e fracassos; temos defendido que as condições de vida são o canteiro apropriado ou não para o desabrochar de potencialidades; temos acreditado que pessoas podem ser classificadas e diferenciadas por suas características e dinâmicas psicológicas; temos criado (ou contribuído para reforçar) padrões de conduta que interessa à sociedade manter, como necessários ao “bom desenvolvimento das pessoas”.

Quando pensamos no desafio de falar sobre projeto de vida com egressos do sistema prisional, refletimos sobre a possibilidade enriquecedora de falar de vida, de condições econômicas, sociais e culturais nas quais se inserem os homens. Pensamos ser este um movimento necessário para que a Psicologia considere tantos fatores que atravessam o ser humano, acreditamos que nossa prática contribuiu para que isso acontecesse.

Acreditamos que relação entre extensão e pesquisa ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Desse modo, defendemos que a realização desta prática extensionista possibilitou a troca entre a universidade e a comunidade na tentativa de desconstruir estigmas, esteriótipos, preconceitos e desigualdades. Logo, nossa prática extensionista cumpriu com nossos objetivos superando nossa expectativa e acreditamos que foi importante tanto para a vida dos participantes quanto para a formação dos alunos extensionistas.

Referências Bibliográficas:

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. Cap.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**; 4.ed. – Rio de Janeiro: 2008.

INSTITUTO ELO CIDADANIA: www.institutoelo.org.br. Acesso em 17 de março de 2011.

GONÇALVES, M. Graça M. **A contribuição da Psicologia Sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas**. In: BOCK, Ana M. B. (org);. *Psicologia e o compromisso social*. 2ª ed. rev. – São Paulo: Cortez, 2009



NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS EM SAÚDE DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo Trabalho: Silveira, Pauline Schwarzbold da

Instituição: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Autores: Silveira, Pauline Schwarzbold da¹; Gabe, Tânia Elisabeth Goldschmidt¹; Diehl, Dayane Thaís¹; Almeida, Priscila Lopes de¹; Gressler, Marthina Alice¹; Scheid, Rafaela¹; Marques, Rosângela Rodrigues²; Krug, Suzane Beatriz Frantz³

¹ Acadêmicas dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia e Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, bolsistas do PET-Saúde/Vigilância em Saúde.

² Farmacêutica, Mestre, Docente do Departamento de Biologia e Farmácia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Funcionária da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde. Preceptora do PET-Saúde/Vigilância em Saúde

³ Enfermeira, Doutora em Serviço Social, Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem e Odontologia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Tutora do PET-Saúde/Vigilância em Saúde

Resumo: Os acidentes de trabalho constituem, senão o maior agravo à saúde dos trabalhadores brasileiros, um dos mais frequentes. Eles não são eventos acidentais, como o nome pode dar a entender, são, na verdade, fenômenos socialmente determinados e, muitas vezes, previsíveis e preveníveis. A vigilância à saúde do trabalhador foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080 de 1990). O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), com ênfase em Vigilância em Saúde, busca fomentar estudos nesta área, capacitando acadêmicos, docentes e profissionais da saúde para um olhar mais apurado sobre esse tema e realizando pesquisas sobre dados epidemiológicos tornando efetivas as ações em prol dos trabalhadores do município de Santa Cruz do Sul/RS, a fim de possibilitar a construção de políticas públicas embasadas nos dados epidemiológicos do município. Até o momento, os resultados prévios mostram que prevalem as notificações de LER para trabalhadoras e de Acidentes Graves para trabalhadores. O que demonstra que ações estratégicas na atenção e prevenção a esses agravos são imprescindíveis no município de Santa Cruz do Sul/RS.

Palavras-Chave: Notificações em Saúde do Trabalhador, Vigilância em Saúde.

Introdução

O trabalho é o agente causador de acidentes e/ou doenças mais freqüentemente do que se imagina, por isso as ações nesta área devem ser voltadas à formulação e implementação de políticas de proteção à saúde, visando à redução e eliminação do adoecimento e morte resultantes das condições, dos processos e dos ambientes de trabalho, bem como o aprimoramento da assistência à saúde dos trabalhadores. O foco de atuação de tais ações deve ser amplo, atingindo a todos os trabalhadores, independentemente do local de moradia e sua condição no mercado de trabalho.

Com isso em mente, inicia-se o trabalho do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) com ênfase em Vigilância em Saúde. Uma parceria entre Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Sul/RS, com financiamento dos Ministérios da Educação e da Saúde. Esta parceria é possível, pois Santa Cruz do Sul/RS é um dos poucos municípios do Estado a ter uma Unidade Municipal de Referência em Saúde do Trabalhador (UMREST) integrando a rede de serviços de assistência à saúde. Tal serviço visa um conjunto de ações de promoção, prevenção, vigilância e assistência, sendo um serviço especializado em atender agravos de saúde relacionados ao trabalho, dentro do princípio de atenção integral à saúde preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, na pesquisa que ainda está sendo desenvolvida e aqui apresentada em seus resultados parciais, acadêmicas, preceptora e tutora buscam os dados das notificações arquivadas na UMREST, sendo o período da coleta de tais informações de outubro de 2010 a maio de 2011, referente aos anos 2008, 2009 e 2010.

Esta pesquisa objetiva capacitar e estimular para a importância da notificação de acidentes de trabalho nos sistemas de informação; quantificar os agravos e/ou acidentes de trabalho, favorecendo estratégias preventivas.

Material e Método

Trata-se de um estudo documental, observacional, no qual os dados de 2008, 2009 e 2010 coletados na UMREST foram analisados conforme agravo e sexo. Tais dados farão parte de uma análise quantitativa mais ampla, elaborando-se o perfil do acidentado do trabalho no município.

Os agravos elegidos para este estudo foram definidos de acordo com a Portaria nº 2.472 de 31 de Agosto de 2010, a partir do Sistema de Informação de Agravos de

Notificação (SINAN) que orienta aos trabalhadores em saúde a notificação compulsória de quatorze agravos diferentes. Dentre estes, o PET-Saúde/Vigilância em Saúde-Saúde do Trabalhador propôs-se a coletar informações a respeito de sete agravos.

No presente estudo decidiu-se discorrer sobre o agravo Acidente Grave e sobre o agravo Lesão por Esforço Repetitivo (LER), sendo considerado como acidente de trabalho grave: acidente de trabalho fatal; acidente de trabalho com mutilações e acidente de trabalho em crianças e adolescentes e LER como síndrome clínica que afeta o sistema músculo-esquelético em geral, caracterizada pela ocorrência de vários sintomas concomitantes ou não, de aparecimento insidioso, tais como dor crônica, parestesia, fadiga muscular, entre outros.

Resultados e Discussões

No período de 2008 a 2010 foram identificadas 986 notificações por acidente grave, perfazendo 73% do total de notificações daquele período. O que demonstra a relevância na construção de estratégias de prevenção a este tipo de agravo na saúde do trabalhador santacruzense.

Tabela 1: Acidente Grave

Sexo	2008	2009	2010
Masculino	314	223	182
Feminino	111	86	70
Total	425	309	252

Fonte: dados do estudo

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que a maioria dos casos de acidentes graves de Belo Horizonte, no final dos anos 80 e início dos anos 90, envolvia ferimentos, amputações, feridas, fraturas e contusões sendo a maioria dos acidentados do sexo masculino, entre 20 e 45 anos de idade. O que, passados mais de 20 anos, ainda é possível perceber nos dados coletados no município de Santa Cruz do Sul/RS. Uma parte considerável das notificações diz respeito a ferimentos, fraturas e contusões. O que leva a pensar sobre mudanças na organização de trabalho, sobre a utilização de tecnologias sem treinamento, a correria da modernidade que exige mais em menos tempo e outras questões que envolvem produtividade e economia. Além disso, a faixa etária dos acidentados de 20 anos atrás permanece a mesma.

Pesquisas mais recentes, feitas pelo Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador do Distrito Federal (CEREST/DF), corroboram com as estimativas. Entre as 1853 notificações feitas pelo serviço no SINAN nos anos de 2008 e parte de 2009, 1571 foram notificações por acidente grave e destes, 1303 foram acidentes que aconteceram com trabalhadores do sexo masculino.

Assim como em outras áreas da saúde, a vigilância em saúde tem ampliado seu espectro de causalidades para um único evento. Acidentes graves já não são mais considerados como tendo uma única causa. Alguns centros de referência em saúde do trabalhador têm investigado os acidentes de trabalho graves e com óbito na perspectiva do desvendamento de suas causas subjacentes e antecedentes. (JACOBINA et al., 2000).

No mesmo período, também foram estudadas 242 notificações em LER/DORT na UMREST, sendo que as notificações de doenças que acometeram mulheres correspondem a 76% do total.

Tabela 2: LER/DORT

Sexo	2008	2009	2010
Masculino	39	11	8
Feminino	96	20	68
Total	135	31	76

Fonte: dados do estudo

O CEREST/DF também tem como o segundo maior número de notificações LER/DORT, perfazendo um total de 117 notificações no SINAN. Destas, 73,5% são registradas por mulheres (CEREST/DF, 2009).

Segundo estudos de Leite et al (2007), os estudos sobre as LER descrevem que os fatores de risco relacionados ao trabalho mais comumente citados como determinantes do aparecimento da doença são os fatores biomecânicos (movimentos e posturas de risco) e os psicossociais (pressão no trabalho, baixa autonomia, competitividade, entre outros). Não há uma causa única para a ocorrência desse agravo, além da intensidade, duração e frequência presentes no trabalho que podem concorrer para o seu surgimento.

Salim (2003) escreve que a maior incidência de LER acomete as mulheres e relaciona tal agravo ao papel e à forma de inserção da mulher nas divisões social e sexual do trabalho. Tal constatação reafirma o que foi encontrado no município de Santa Cruz do Sul e é importante que se perceba que com grande frequência ainda as mulheres exercem

dupla (até mesmo tripla) jornada de trabalho, pois o trabalho doméstico também é relevante nos agravos à saúde das trabalhadoras.

No caso da LER, é importante as situações de vida sejam avaliadas, contemplando as interações que se verificam entre trabalho doméstico e remunerado sendo este um aspecto-chave na compreensão do impacto diferenciado das condições de trabalho sobre a saúde de homens e mulheres, lembrando a agudização do peso da tripla carga de trabalho imposta às mulheres (LEITE ET AL., 2007) .

Conclusão

Até o momento, a contribuição para a implementação de políticas públicas em vigilância em saúde do trabalhador ainda é pequena, mas tem-se percebido um crescimento no interesse de profissionais de saúde, docentes e discentes quanto a esse tema. Iniciou-se um trabalho de conscientização a respeito das notificações de agravos relacionados ao trabalho junto as agentes comunitárias de saúde do município. Além disso, o grupo tem participado de atividades que atingem a população santacruzense (como feiras de saúde) com o intuito de esclarecer dúvidas e divulgar o tema. Além disso, perceber que outras realidades semelhantes a encontrada no município de Santa Cruz do Sul reafirma a necessidade de que a política de saúde do trabalhador seja realmente efetivada no Brasil.

Referências

BRASIL. Portaria nº 2.472, de 31 de agosto de 2010. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelecer fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 10 de setembro de 2010, Seção I, p.50.

Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Brasília/DF, 2009. Disponível em www.saude.df.gov.br/sites/100/163/00006995.pp Acessado em 30 de junho de 2011.

JACOBINA, Alexandre et al. *Vigilância de acidentes de trabalho típicos com óbito investigados no Estado da Bahia no período de 1995 a 2001*. Salvador: CESAT, 2000.

LEITE, Patricia Campos; SILVA, Arlete e MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa. La mujer trabajadora de enfermería y los disturbios osteomusculares relacionados al trabajo. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2007, vol.41, n.2, pp. 287-291 .

SALIM, Celso Amorim. *Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero*. São Paulo Perspect. 2003

**Trabalho e pessoas com deficiência:
uma análise a partir do acesso ao transporte coletivo no Rio de Janeiro.**

Áreas Temáticas: Trabalho; Direitos Humanos e Justiça.

Responsável pelo Trabalho: Maudeth Py Braga.

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Autores:

1) Maudeth Py Braga; 2) Maria Eduarda Rocha Lage; 3) Marcia Martins Oliveira; 4) Bárbara Morais Santiago Freitas; 5) Ingrid Rohem de Souza Santos; 6) Poliana Netto Duarte; 7) Karina Schweter Pereira; 8) Barbara Santanna Wandermurem; 9) Rhayana Frigini Cavassani; 10) Valeria Marques; 11) Barbara Silveira Marques; 12) Ellen Santos Ribeiro.

Resumo:

O projeto, iniciado em 2006, discute a relação mobilidade humana e subjetividade ao considerar que a circulação humana na cidade constitui modos de vida e trabalho. A gratuidade nos transportes coletivos passa a ser vital para segmentos da população na medida em que (im)possibilitam o acesso a diferentes espaços: de trabalho, de tratamento de saúde, de formação, de lazer etc. Visamos dar ênfase a efetividade desse direito social ao considerar os (im)passes que compõem a cotidianidade transpondo a perspectiva da legalidade. Focalizamos a questão da gratuidade no transporte como dispositivo de análise da linha de extensão: pessoas com deficiência e com necessidades especiais. Pretendemos contracenar realidades vividas em duas regiões: metropolitana e serrana no Estado do Rio a partir de narrativas de usuários e médicos de maneira a problematizar concepções de deficiência a partir dessas posições. Indaga-se: É o trabalho um agente reabilitador? Quais as concepções de deficiência para além de um balizamento legal? As entrevistas foram marcadas por telefone e realizadas em local definido pelo entrevistado: em casa, no trabalho, na Universidade etc. O deslocamento dos extensionistas por diversas ambiências que não compõem seu cotidiano foi um dado de análise importante na medida em que permitiu uma experimentação de impasses de acessibilidade nunca imaginados. Considerando as entrevistas realizadas identificamos dificuldades como a falta de informação quanto aos direitos sociais e formas de solução junto a rede local, que parece carecer de um modo mais integrado de ação. Com este funcionamento ensejamos ações emancipatórias e analisadores da gestão contemporânea.

Palavras-chave: pessoas com deficiência; trabalho; direitos humanos.

Introdução:

O projeto de extensão Reabilitação Humana, Trabalho e Inserção social, constituído por uma parceria entre o Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Associação Fluminense de Reabilitação (AFR), tem realizado desde janeiro de 2006, um estudo-intervenção acerca da questão da reabilitação humana e sua ligação com o trabalho. Durante todo o percurso desta ação extensionista identificou-se o acesso à cidade como condição ao acesso ao trabalho e outras esferas da vida que compõem uma cidadania ativa. Esta questão da mobilidade humana na cidade como um direito acentua-se, em se tratando de pessoas com deficiência, na medida em que seus direitos não são, na maioria das vezes, respeitados, favorecendo uma situação de exclusão social. O mapeamento das questões relativas aos direitos sociais e outras questões, a partir

da perspectiva da própria pessoa com deficiência, é fundamental quando pretende-se promover o acesso a informação quanto a esses direitos. Recorreu-se, a partir de 2009, ao dispositivo: cadastro do passe livre em Niterói, como forma de acesso as pessoas com deficiência, promovendo espaços de diálogo em locais escolhidos por elas, quais sejam: residência, local de trabalho, Uff e Afr. Em 2011 pretende-se contrapor dois contextos bem diferenciados: a região metropolitana e serrana do Estado do Rio.

Alem disso, pretende-se contracenar as narrativas dos cidadãos e dos médicos que atestam as deficiências. Essa questão sobre a importância de discutir concepções de deficiência surgiu nas ações do projeto em 2008, quando um entrevistado deficiente visual se reconhecia no direito concorrer a uma vaga no serviço público pela via da reserva de vagas, no entanto, do ponto de vista legal possivelmente não teria esse direito dado ao parâmetro utilizado. Considera-se esse mapeamento como fundamental para o projeto, na medida em que afirma o propósito de uma interação dialógica, que é fundamental para uma ação extensionista emancipatória. Realizar entrevistas em *settings* propostos pela clientela implica numa ação extensionista que percorre diferentes ambientes que não necessariamente compõem o cotidiano de circulação pela cidade dos extensionistas. Isso produz uma atualização que é de mão dupla: um fazer extensão que desloca lugares nos deslocamentos geográficos e políticos em que se constitui. E nessa via de repensar a ação extensionista que intercambia saberes e afetos com a clientela incide uma vinculação com a formação em Psicologia e nas Ciências Humanas. Pautados na triangulação ensino, pesquisa e extensão, busca-se intercambiar ação extensionista e práticas de ensino. Há uma relação inequívoca com a disciplina obrigatória: Psicologia e História Social do Trabalho e com disciplinas optativas do Curso de Psicologia da UFF, quais sejam: Ambiente, saúde e trabalho; Temas atuais em Psicologia do Trabalho e Mobilidade humana e subjetividade. Alem disso, na medida em que se realizam observações, registro de atividades de campo, entrevistas, resumos e apresentação de textos são oportunizadas, via extensão, a experimentação de dispositivos utilizados em pesquisa qualitativa e outras intervenções em Psicologia.

A dimensão ética e política das intervenções em Psicologia também estão presentes nas discussões das ações do projeto remetendo a um questionamento que atravessa todo um corpo de disciplinas relacionadas a atuação do Psicólogo na contemporaneidade. O objetivo geral do projeto é identificar confluências e diferenças entre as realidades da região serrana e metropolitana quanto ao acesso a cidade e trabalho por pessoas com deficiência e necessidades especiais, além de promover o acesso a informação quanto aos direitos da pessoa com deficiência pressupondo uma atualização e problematização das concepções de deficiência produzidas.

Material e Metodologia:

Discutir a empregabilidade das pessoas com deficiência em plena crise do trabalho na sociedade contemporânea nos leva a considerar que o acesso ao trabalho digno é cada vez mais restrito em nível mundial. Por que se postula a integração das pessoas com deficiência pelo trabalho? A pergunta proposta por Lancilotti (2003) problematiza a inclusão pela via do trabalho e questiona a lei de cotas ao assinalar que a lógica produtiva capitalista contemporânea acentuou seu caráter excludente. É preciso considerar ainda as transformações na gestão e reorganização da esfera produtiva e de serviços. A acessibilidade aqui entendida como: condição de acesso aos serviços de informação, documentação, comunicação, transporte e a qualquer lugar, ganha envergadura com o decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004, conhecido como o Decreto da acessibilidade. Em nossa ida ao Centro de Vida Independente no Rio, foram feitas menção ao decreto e ponderações quanto a sua efetividade, sobretudo no que tange ao transporte. Foi apontada a

importância de uma política de transporte coletivo para todos e não ações específicas para a circulação de deficientes. No que diz respeito à resistência das empresas quanto ao preenchimento das cotas foi destacada a ação fiscalizadora do Ministério Público a partir da década de 90 como fator favorável e decisivo. Assim não é possível pensar em reabilitação e acesso sem políticas públicas inclusivas e ações fiscalizadoras de fato.

Merece um sublinhar da condição histórica do termo “inclusão”, ao se estabelecer um corte normalizador o mesmo depende de padrões normativos vigentes em cada momento histórico. Concordamos com a posição de Gondar (1989) de que o trabalho é um objeto histórico e formulamos as seguintes questões: Nos novos contextos e enredamentos produtivos, qual o lugar da ação e dignidade humana? O que temos presenciado especialmente na região metropolitana do Rio de Janeiro, é que a tensão social chegou a um gradiente insuportável expresso na violência nos mais variados matizes. A que serve os caminhos da globalização num mundo tão segregado? Milton Santos (2002) diz que a informatização é o novo modo dominante de organização do trabalho e que a informação e consumo são os denominadores comuns universais.

A acessibilidade também é pensada de acordo com Lancilotti (2003) na interdependência das dimensões: universal e singular. Questiona: que qualificações são demandadas pelo trabalho na contemporaneidade? Salienta ainda que já faz parte do senso comum a crença de que as pessoas estão sendo expulsas do mercado de trabalho por não estarem qualificadas para suas demandas. Sustenta que a qualificação é um escudo para uma recusa, para justificar a expulsão de grande parcela de trabalhadores e que a empregabilidade se dá mais num plano discursivo do que concreto, sendo um problema de exclusão crucial na sociedade contemporânea. Problematiza a emergência do discurso da inclusão, que compõe uma diáde com a exclusão. No entanto, diferencia a inclusão de integração ao considerar que na primeira, a mão da transformação é dupla. Destaca a Declaração de Salamanca (1994) como geratriz do discurso da inclusão na Sociedade Brasileira.

Os ambientes de trabalho e as vias de acesso inclusive, nem sempre expressam uma preocupação com a acessibilidade. As barreiras arquitetônicas persistem em alguns prédios, nas ruas e ônibus. A articulação de movimentos sociais, ações institucionais e particulares são fundamentais para remeter a noção de cidadania fora de um padrão de conformidade e um discurso vazio. Percebemos que as ações institucionais em Niterói são complementares e precisam se articular para uma economia de escala, para de fato funcionarem em rede e fortalecerem ações locais conjuntas. Para que não se possa pensar separadamente o local do global, Milton Santos (2002) nos propõe um híbrido: glocalidade e alude a uma geografia das redes que são recortes espaciais assim como escalas, região e lugar. Insiste na força do lugar como resistência a uma economia desmaterializada, baseada numa mais valia fugaz no nível global, que tem a competitividade como verdade axiomática.

Nossa atuação nesse estudo/intervenção nos leva a concordar com Lancilotti (2003:101) ao dizer que: “O campo empírico é elucidativo no que cala e não no que fala”. As barreiras não são somente de ordem geográfica, física. A pessoa com deficiência encontra obstáculos por todo um trajeto de vida, que começa da dificuldade de exercer seus direitos de ir e vir, quanto os de conseguir acesso à saúde e educação pública e de qualidade. Coadunamos com a idéia de uma abordagem política da espacialidade. O que diferencia os lugares, segundo Milton Santos(2002), é a temporalidade: interpretação particular do tempo social por um grupo, ou por um indivíduo. Em tempos de aceleração, como exercer o direito à diferença respeitando ritmos temporais diversos. Pretende-se fazer um estudo/intervenção que ao adotar uma postura etnográfica, opta por uma estratégia qualitativa de investigação, passível de atualização constante, conjugando: observações,

entrevistas individuais e em grupo, discussão de textos e vídeos, além de encontros com órgãos que compõem a rede de reabilitação. O grande desafio metodológico é promover um trabalho extensionista com essas pessoas e não para elas. O local de realização das entrevistas semi-estruturadas, é definido pelos entrevistados que podem optar pela realização em seu local de trabalho, em sua residência, na Universidade (UFF) e na Associação Fluminense de Reabilitação, no Pólo Universitário de Nova Friburgo etc. Desse modo, é proporcionado aos integrantes do projeto outro movimento que é ir ao encontro de, experimentar itinerários que diferem dos utilizados cotidianamente.

O projeto é balizado pelo entendimento de que as noções de trabalho e deficiência são objetos históricos e que é preciso abrir espaço para as leituras da deficiência e que o compartilhamento dessas leituras é importante para o encorajamento de ações emancipatórias num plano coletivo. Nesse sentido, ganha relevo o grupo como um dispositivo de intervenção. Verificamos então que, para além dos balizamentos legais, a noção do que seja deficiência é condicionada aos aspectos históricos culturais e políticos, sendo preciso considerar o espaço vivido. Isto significa dar relevo as narrativas como instrumental de análise.

Resultados:

Adotamos uma estratégia qualitativa de investigação, bem como procuramos contribuir, principalmente, com o acesso à informação pelas pessoas com deficiência cadastradas no passe livre de Niterói. Até o momento foram contactadas 112 pessoas por telefone. Esse primeiro contato ultrapassa a idéia de marcação de entrevista; muitas vezes esclarecimentos e uma primeira aproximação se dá por essa via; as recusas, por diferentes motivos, também funcionam como analisadores importantes. Em assim sendo esta etapa é importante enquanto atividade realizada por todos os membros. Foram realizadas, até o momento, 24 entrevistas com pessoas com deficiência ou responsáveis. Nos nossos encontros com a clientela, surgiram demandas que muitas vezes não fomos buscar no campo, mas o que o campo trouxe para nós. A fim de supri-las, procuramos novas informações e aportes teóricos. Como exemplo, destacamos uma entrevista realizada com uma deficiente visual que aguardava transplante de córnea há quatro anos, e não tinha informação alguma quanto a isto. Após ouvirmos sua história e termos uma pessoa no grupo que havia passado pela mesma situação com um parente, conseguimos passar informações sobre a questão e discutir a possibilidade do transplante. Em 2011 obtivemos a informação que o transplante foi realizado e bem sucedido.

A discussão de direitos sociais e Políticas Públicas impõem um diálogo entre saberes, tanto no plano acadêmico quanto fora dele. Um exemplo é a questão da falta de informação sobre os direitos sociais - não só da clientela, mas percebemos que algumas vezes trata-se de todo o sistema. Procuramos buscar contato com assistentes sociais e outros profissionais vinculados a Políticas e obtenção de benefícios. Com esse intuito foram promovidos encontros/entrevistas/reuniões com: Setor de Serviço Social do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS de Niterói; Setor de Reabilitação Profissional do INSS de Niterói; Conselho Municipal da pessoa com deficiência; Setor do Passe Livre de Niterói; Secretaria Municipal de Acessibilidade; Núcleo de estudos e pesquisa da AFR; Setor de Serviço Social da AFR. Nos deparamos com questões importantes nos encontros com o INSS. Destacamos a utilização de duas avaliações para a concessão do Benefício de Prestação Continuada: a médica e a social. Há uma mudança importante neste critério adotado pois alia o parecer do Serviço Social ao parecer médico reconhecendo a insuficiência da utilização do laudo médico como único definidor para a concessão do benefício. Gerando uma outra configuração na composição de uma rede de saber-poder que atravessa a certificação da condição de “pessoa com deficiência”. Outra questão discutível é que em se tratando de reabilitação profissional a qualificação (nível superior de

escolaridade) passa a ser uma “desvantagem” na medida em que as ações para uma nova profissionalização passam por cursos técnicos. O que pode ser entendido como uma contradição: a qualificação seria um facilitador ao acesso ao mercado e um “dificultador” do ponto de vista da reabilitação.

No intuito de compartilhar as ações do projeto foram feitas apresentações e debates nos eventos: IV Mostra de Psicologia realizada pelo CRP – julho/2010; XV Semana de Extensão da UFF – novembro/2010; II Palestra para Corpo Técnico da Associação Fluminense de Reabilitação – dezembro/2010. Enquanto produção científica destacamos o capítulo de livro no prelo: (In)acessibilidade em questão: notas e reflexões sobre o acesso ao emprego por pessoas com deficiência. Título do livro a ser publicado pela EDUFF/2011: Multifaces das práticas em Psicologia do trabalho - Impasses e Criação. Verthein, Marilene; Braga, Maudeth e Vergne, Celso (organizadores).

Os alunos que integram a extensão, em sua maior parte, ingressam na AFR enquanto estagiários. O projeto exerce a função, nesse sentido, de capacitação de Recursos Humanos.

Conclusão:

Abrir espaço para leituras a partir da perspectiva da própria pessoa com deficiência, que se constrói nas redes em que convive, se constitui numa via que se afirma nessa ação extensionista. A escolha dos locais de entrevistas pelos usuários do passe livre (residência, UFF e AFR etc.) também é um diferencial importante enquanto estratégia de ação. Os diversos cenários/settings de realização permitiu uma ampla discussão dos dispositivos: entrevista e diário de campo. Desta discussão resultaram dois trabalhos apresentados na Semana de Extensão 2010 da UFF.

O primeiro intitula-se: Reabilitação Humana, trabalho e inserção social: uma análise das deficiências a partir do dispositivo “clientela”. Foi apresentado pela bolsista(2010): Barbara Silveira Marques. Neste trabalho recorreremos aos questionamentos quanto a Ética nas intervenções e conseqüentes desafios à ação extensionista. Segundo normas institucionais na medida em que um trabalho gere produção e publicação há a necessidade de aprovação pelo Conselho de Ética da Instituição bem como a utilização de termo de consentimento. No entanto, nesta ação extensionista a formação se torce nos encontros do que é chamado: *Clientela*. O plano da ética atravessou esse movimento: Como operacionalizar a utilização de um termo de consentimento exigido sem distorcer a proposta de um espaço de diálogo, sem contornos definidos de lugares ocupados? São temas que perpassam uma formação profissional comprometida com a transformação social. Por essa e outras vias insistimos na articulação da extensão com o ensino e a pesquisa.

O segundo intitula-se: Interrogações à ação extensionista a partir de do diário de campo de uma bolsista. Foi apresentado pela bolsista (2010): Ellen Santos Ribeiro. O foco deste trabalho é despoluir a invisibilidade do fora texto nesta ação extensionista. É preciso contato com o outro para criar e ser capaz de transmitir. E de trocar. E crescer. Precisamos ser inteligíveis e isso também exige humildade. Quando perguntam sobre a questão da extensão universitária, é corrente dizer que, como diz o nome, é uma extensão da universidade para além de seus muros. Não sabemos se cumpre o papel de atingir a sociedade plenamente, mas nosso trabalho é um esforço para esse contato e conseqüente troca. Não nos baseamos em levar algo a alguém. Mas na troca que é possível a partir dos encontros.

Os trabalhos acima mencionados foram premiados em 1º lugar e 2º lugar, respectivamente, na categoria Trabalho, no Prêmio Josué de Castro 2010 - XV Semana de Extensão da UFF.

Foi possível constatar diante do que foi discutido que a percepção do que seja deficiência depende de condicionantes sócio-históricos e que é preciso continuar gerando espaços de compartilhamento de experiências, para que, num plano coletivo, elas possam ser resignificadas e gerar ações emancipatórias. As dificuldades na obtenção e revalidação do “passe livre” são inúmeras. Há um atravessamento do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo na gestão e emissão do passe que é de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura.

Propomos enfim, um repensar no campo da ação extensionista da dimensão ética, no plano da formalização/legalidade de participação bem como das exigências institucionais para um fazer extensionista com caráter acentuadamente produtivista e burocratizado. Apostamos na implicação e responsabilidade institucional com o que é genericamente denominado: Clientela. Por fim propomos maior intercâmbio das ações extensionistas no Brasil e América Latina.

Referências:

- BRAGA, M.; LACAZ, A; MAGALHÃES, J; LOURENÇO, N; MORAES, M.C. Reabilitação Humana, Trabalho & Inserção Social. Anais do 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. UFSC, Florianópolis, SC, 2006.
- BRAGA, M. Relatórios do projeto de extensão: Reabilitação Humana, Trabalho e Inserção Social. Pró-reitoria de extensão da UFF – PROEX. 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.
- CODO, W. Afeto e trabalho. In W. Codo., J. J. C. Sampaio & A. H. Hitomi Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar . Petrópolis, Vozes, 1994.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.
- Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), documento nº 111. Em vigor em 15 de junho de 1960. Adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua 42.^a sessão, em 25 de junho de 1958.
- Decreto nº 3298. Regulamentação da Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, disposição sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidação das normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: CORDE, 1999.
- Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004.
- GUGEL, M. Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Público - Reserva de Cargos e Empregos Públicos - Administração Pública Direta e Indireta. Goiás: Ed. Universidade Católica de Goiás, UCG, 2006.
- GONDAR, J. O trabalho como objeto histórico. Cadernos do NUPSO - Núcleo de Pesquisa em Psiquiatria Social. CJM/ENSP/FIOCRUZ, v. 2, n. 3, p. 20-32, 1989
- LANCILLOTTI, S. Deficiência e Trabalho: redimensionando o singular no contexto universal. Campinas, SP, Autores Associados, 2003.
- LOBO, L. Os infames da historia: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Ed. Lamparina, 2008.
- LOURAU, R. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. UERJ, 1993.
- SANTOS, W, DINIZ, D. PEREIRA, N. Deficiência e perícia médica: os contornos do corpo. RECHS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.16-23, jun., 2009.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Edusp. São Paulo, 2002.